

NCF Participações S.A.

CNPJ 04.233.319/0001-18
Sede: Núcleo Cidade de Deus, Osasco-SP

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da NCF Participações S.A. (Companhia), relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

Em 2000, a Companhia foi constituída como sociedade por ações de capital fechado privada, voltada à realização de aplicações em títulos e valores mobiliários e participação nas sociedades da Organização Bradesco (Organização), contando com Conselho de Administração e Diretoria como órgãos da administração.

Como uma das *holdings* da Organização, detém participação acionária nos capitais do Banco Bradesco S.A. (Bradesco ou Banco) e da Bradespar S.A. (Bradespar). Em 31 de dezembro de 2023, a participação acionária no capital total do Bradesco era de 5,37%, e na Bradespar 9,37%.

Possui, também, registro de companhia aberta, perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), na Categoria "B", desde outubro de 2016.

Resultado do exercício

O resultado operacional dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é composto, basicamente, por equivalência patrimonial e juros sobre o capital próprio (JCP), gerados pela participação no capital do Bradesco e da Bradespar, bem como o resultado financeiro, referente a aplicações financeiras e juros sobre debêntures.

A redução do resultado do exercício, em relação ao mesmo período anterior, atribui-se, sobretudo, aos resultados de equivalência reconhecidos pela Companhia, no montante de R\$ 921,8 milhões, sendo que, em comparação com 2022, foi de R\$ 1,4 bilhão, compensados por melhores resultados financeiros.

Comentários sobre as investidas

BRADESCO

Fundado em 1943, o Bradesco é um dos maiores grupos financeiros do Brasil, presente em todas as regiões do território nacional e em pontos estratégicos no exterior. Em constante evolução para acompanhar e superar os desafios da economia e inovações tecnológicas, busca, permanentemente, a excelência em atendimento, produtos, serviços e melhor rentabilidade aos seus acionistas e investidores, sempre promovendo a inclusão bancária e comprometido com o crescimento socioeconômico do País.

No contexto de mercado de capitais, as ações do capital social do Bradesco são listadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sob os códigos BBDC3 (ordinárias) e BBDC4 (preferenciais). Seus títulos, também, são negociados na Bolsa de Valores de Nova York, por meio do programa de *American Depository Receipts* Nivel I (ADRS), lastreados em ações preferenciais, e ADRs Nivel II, em ações ordinárias, bem como no mercado europeu na Bolsa de Valores de Madri (*Latibex*), por meio do *Global Depository Receipts* (GDRs).

Apoiado em valores éticos, respeito e transparência, pretende aprofundar o relacionamento e gerar valor a longo prazo, inclusive com clientes não correntistas, combinando atividades bancárias e de seguros em uma estrutura de atendimento segmentada, capaz de oferecer um portfólio completo de produtos e serviços alinhado às necessidades de cada cliente.

Marcaada pela presença e pioneirismo, unindo a segurança do tradicional à agilidade das novas tecnologias, a sua estratégia e visão de futuro estão fundamentadas em quatro principais pilares: cliente; eficiência; pessoas; e sustentabilidade.

Na Organização, dentre os acontecimentos que marcaram o período, destacam-se:

Em dezembro, se tornou pioneiro na distribuição da tecnologia de plataforma de *Lending as a Service* (LaaS), o que lhe permitirá criar ofertas hiperpersonalizadas aos clientes, correntistas ou não, gerando um novo canal de relacionamento e, consequentemente, aumento na geração de receitas. Espera-se ofertar mais de R\$ 1 bilhão de crédito ainda no 1T24.

Comunicou ao mercado que pela 18ª vez consecutiva, integrou o seletor grupo do Índice *Dow Jones* de Sustentabilidade (DJSI), da Bolsa de Valores de Nova Iorque, compondo as carteiras Mundo e Mercados Emergentes no ciclo 2023-2024. Nesse ciclo, apenas 27 bancos foram selecionados para compor a carteira mundo e o foi considerado benchmark mundial no tema "transparência e reporte".

Foi selecionado no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), reforçando a dedicação em incorporar as melhores práticas ESG (ambientais, sociais e de governança) nos negócios e operações.

Além disso, destacam-se os seguintes reconhecimentos:

É a empresa que obteve maior pontuação no Anuário Saúde Mental nas Empresas. Levantamento é do Instituto *Philos Org*, em parceria com o portal Integridade ESG, da *Insight*.

Entrou no Ranking TOP Open Corps 2023. No setor de Bancos, ficou em 2º lugar em relacionamentos com *startups* identificadas no setor. O Inovabra ficou na 4ª posição no TOP Ecosistemas - Entidades Privadas. Ambas as categorias integram a premiação do *Ranking 100 Open Startups*, que reconhece as *startups* e corporações líderes em inovação aberta no país.

É destaque no anuário As Melhores 2023 em edição especial da revista IstoÉ Dinheiro. O Bradesco e a Bradesco Vida e Previdência ficaram na liderança das categorias Bancos e Seguros e Previdência, respectivamente. No *ranking* das 1.000 Maiores, ocupou a 3ª colocação, sendo o primeiro entre os bancos privados. Ainda fazem parte dessa classificação a Bradesco Vida e Previdência, Bradesco Saúde, Bradesco Financiamentos, a Bradesco Capitalização, o Banco Bradescard, a Bradesco Leasing e o Bradesco BBI.

Foi um dos bancos mais bem-avaliados quando o assunto é gestão de fundos, segundo a Premiação Guia FGV de Fundos de Investimento 2023, performando na ponta de cima em Melhor Gestor de Atacado, Melhor Gestor de Alta Renda, Melhor Gestor de Renda Fixa e Melhor Gestor de Ações.

Foi premiado pelo 4º ano consecutivo no prêmio Top 100 *Corporate Startup Stars* como uma das empresas com as melhores práticas globais e modelos de inovação aberta. Organizado pela *Mind the Bridge* em parceria com a Câmara de Comércio Internacional.

É o banco mais inovador, segundo o prêmio *Qorus Accenture Banking Innovation 2023*, na categoria *Global Innovator*, por sua estratégia de incentivo à inovação. Ainda ficou em 2º lugar na categoria *Future Workforce*, com uma plataforma interna que facilita a solicitação e o fornecimento de materiais e suprimentos corporativos para toda a Organização, e na categoria *Core Offering Innovation*, com a plataforma digital E-agro.

Recebeu, pela 2ª vez consecutiva o selo de boas práticas de integridade, o Pró-Ética, da Controladoria Geral da União (CGU).

O Bradesco Global Private Bank foi reconhecido pela 3ª vez no prêmio *Global Private Banking* como *Best Private Bank for Family Offices* (Latin America) 2023. O reconhecimento é fruto da iniciativa das revistas mensais *PWM* e *The Banker*, do grupo *Financial Times*.

Foi destaque no Prêmio *Banking Transformation*, realizado pela Cantarino Brasileiro, com três cases vencedores e outros seis finalistas. Conquistou dois troféus nas categorias Atendimento ao Cliente e Canais Digitais e a Bradesco Seguros levou um, na categoria Foco ESG.

Mais uma vez conquistou um lugar no Índice *Dow Jones* de Sustentabilidade da Bolsa de Valores de Nova York (DJSI), compondo as carteiras Mundo e Mercados Emergentes no ciclo 2023-2024. É a 18ª vez consecutiva que está presente nesse importante Índice.

O Bradesco registrou, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, lucro líquido ajustado de R\$ 14,3 bilhões e o patrimônio líquido ajustado somou R\$ 166,2 bilhões.

BRADESPAR

A Bradespar é uma companhia aberta de investimentos, que busca criar valor para seus acionistas por meio de participações relevantes em empresas líderes em seus setores de atuação e que apresentem taxas de retorno consistentes e de longo prazo. Desta forma, detém participação direta na Vale S.A. (VALE).

No contexto de mercado de capitais, as ações do capital social da Bradespar são listadas na B3 sob os códigos BRAP3 (ordinárias) e BRAP4 (preferenciais). Seus títulos, também, são negociados no *Latibex* por meio do programa de GDRs.

A Bradespar registrou, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, lucro de R\$ 1,9 bilhão, impactado pelo resultado apresentado pela VALE.

Serviços prestados pelos auditores independentes

Em cumprimento ao disposto na Instrução CVM nº 162/22, a Companhia informa que, no período encerrado em 31 de dezembro de 2023, não contratou e nem teve serviços prestados pelo auditor independente - IRKO Auditores Independentes - não relacionados à auditoria externa.

A Companhia adota, como política na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa, a postura de atender às regulamentações que preservam a independência do auditor externo, mantendo consistência inclusive com os princípios internacionais, em atendimento aos procedimentos estabelecidos pela Companhia, os quais incluem, dentre outros, os seguintes tópicos: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no cliente; e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. Adicionalmente, em caso de contratação de outros serviços, o escopo e os procedimentos dos referidos serviços são discutidos com os auditores independentes, para que não afetem as regras de independência estabelecidas.

Cidade de Deus, 27 de março de 2024.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil				Passivo e Patrimônio Líquido			
	Nota	2023	2022		Nota	2023	2022
Ativo				Circulante		1.058.739	3.723.316
Circulante		1.440.799	2.007.393	Circulante		1.058.739	3.723.316
Caixa e Equivalentes de Caixa	7	175.918	598.109	Impostos e Contribuições a Recolher	20g	39.897	3
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	8	945.493	1.088.542	Outras Obrigações		89	243
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos a Receber	19a	319.268	320.626	Juros sobre o Capital Próprio a Pagar	14e	1.018.753	632.004
Despesas Antecipadas		120	116	Passivos Financeiros	13	-	3.003.602
				Instrumentos Financeiros Derivativos	12	-	87.464
Não Circulante		19.955.837	19.883.914	Não Circulante		1.075.322	923.215
Realizável a Longo Prazo		7.028.292	7.348.262	Provisão para Impostos e Contribuições	20e	230.355	223.611
Ativos Financeiros ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	8	5.094.837	5.401.096	Provisão para Contingências	11b	844.967	699.604
Valores a Receber	9	-	331.173				
Depósitos Judiciais	11b	844.967	665.040	Patrimônio Líquido		19.262.575	17.244.776
Créditos Tributários	20c	285.870	237.049	Capital Social	14a	10.458.595	8.914.795
Tributos a Compensar ou a Recuperar	20f	802.618	713.904	Reservas de Lucros		8.452.550	8.123.137
				Outros Resultados Abrangentes		351.430	266.719
Investimentos		10	12.535.652	Lucro/(Prejuízo) Acumulado		-	(59.875)
				Total		21.396.636	21.891.307
Total		21.396.636	21.891.307				

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil				DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil			
	Nota	2023	2022		2023	2022	
Receitas (Despesas) Operacionais		878.126	1.440.667	Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
Resultado de Equivalência Patrimonial	10	921.837	1.455.730	Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		1.467.113	1.892.532
Dividendos/JCP Recebidos	15	78.013	89.299	Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:			
Despesas Tributárias	16	(115.478)	(98.240)	Resultado de Equivalência Patrimonial		(921.837)	(1.455.730)
Despesas Gerais e Administrativas	17	(6.246)	(6.122)	Juros, Variações Monetárias Líquidas e Outros		(449.793)	(20.271)
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras e dos Tributos		878.126	1.440.667	Provisão para Obrigações Legais		113.856	98.151
Resultado Financeiro	18	588.987	451.865	Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos		209.339	514.682
Receitas Financeiras		1.192.771	1.011.615	(Aumento)/Redução em Ativos Financeiros e Outros		1.284.089	70.878
Despesas Financeiras		(603.784)	(559.750)	Aumento/(Redução) em Obrigações		(91.441)	(79.225)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		1.467.113	1.892.532	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos		(186.952)	(110.416)
Imposto de Renda e Contribuição Social	20a	2.175	(40.400)	Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais		1.215.035	395.919
Lucro Líquido/(Prejuízo) do Período		1.469.288	1.852.132				
Resultado básico e diluído por ação em número médio ponderado de ações atribuídas aos acionistas (expresso em R\$ por ação)				Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:			
Resultado por ação ordinária		0,41	0,55	Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Recebidos		555.442	288.458
Resultado por ação preferencial		0,45	0,61	Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos		555.442	288.458
				Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento:			
				Aumento de Capital		1.000.000	-
				Contrato de Mútuo		341.851	-
				Pagamento de Juros/Liquidação de Debêntures		(3.446.315)	(7.326)
				Juros sobre o Capital Próprio Pagos		(88.204)	(79.000)
				Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos		(2.192.668)	(86.326)
				Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa		(422.191)	598.051
				Início do Período		598.109	58
				Fim do Período		175.918	598.109
				Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa		(422.191)	598.051

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Reais mil				DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Reais mil				
		2023	2022		2023	%	2022	%
Lucro Líquido do Exercício		1.469.288	1.852.132	1 - Insumos Adquiridos de Terceiros				
Outros Resultados Abrangentes		84.711	(73.835)	1) Serviços de Terceiros	(6.246)	(0,3)	(6.122)	(0,2)
Reflexos de Empresas com Influência Significativa		118.748	(175.839)	2 - Valor Adicionado Bruto (1)				
Ajuste de Instrumentos Financeiros		(90.694)	84.671		(6.246)	(0,3)	(6.122)	(0,2)
Hedge de Fluxo de caixa		56.657	17.333	3 - Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (1-2)...				
Total do Resultado Abrangente		1.553.999	1.778.297		(6.246)	(0,3)	(6.122)	(0,2)
				4 - Valor Adicionado Recebido em Transferência				
				4.1) Resultado de Equivalência Patrimonial	2.192.621	100,3	2.556.644	100,2
				4.2) Receitas Financeiras	921.837	42,1	1.455.730	56,8
				4.3) Dividendos/JCP Recebidos	1.192.771	54,6	1.011.615	39,9
				5 - Valor Adicionado Total a Distribuir (3+4).....	78.013	3,6	89.299	3,5
				5 - Valor Adicionado Total	2.186.375	100,0	2.550.522	100,0
				6 - Distribuição do Valor Adicionado Total	2.186.375	100,0	2.550.522	100,0
				6.1) Impostos, Taxas e Contribuições	113.303	5,2	138.640	5,4
				6.1.1) Federais	113.297	5,2	138.636	5,4
				6.1.2) Estaduais	5	-	3	-
				6.1.3) Municipais	1	-	1	-
				6.2) Remuneração de Capitais de Terceiros	603.784	27,6	559.750	21,9
				6.2.1) Juros	603.784	27,6	559.750	21,9
				6.3) Remuneração de Capitais Próprios	1.469.288	67,2	1.852.132	72,7
				6.3.1) Juros sobre o Capital Próprio	1.080.000	49,4	753.750	29,6
				6.3.1) Lucros Retidos do Exercício	389.288	17,8	1.098.382	43,1

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil						
Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros		Outros Resultados		Lucros Acumulados
		Legal	Estatutária	Abrangentes	Totais	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	8.914.795	471.919	6.565.686	340.554	-	16.292.954
Ajuste Reflexo de Controlada por Adoção de Novas Práticas Contábeis	-	-	-	-	(72.725)	(72.725)
Saldos em 1º de janeiro de 2022	8.914.795	471.919	6.565.686	340.554	(72.725)	16.220.229
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	1.852.132	1.852.132
Ajuste de Avaliação Patrimonial Reflexo	-	-	-	(175.839)	-	(175.839)
Ajuste de Instrumentos Financeiros	-	-	-	102.004	-	102.004
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	(73.835)	-	1.778.297
Destinações: - Reservas	-	91.965	993.567	-	(1.085.532)	-
- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(753.750)	(753.750)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	8.914.795	563.884	7.559.253	266.719	(59.875)	17.244.776
Aumento de Capital	1.543.800	-	-	-	-	1.543.800
Lucro Líquido do Período	-	-	-	-	1.469.288	1.469.288
Ajuste de Avaliação Patrimonial Reflexo	-	-	-	1		

NCF Participações S.A.

CNPJ 04.233.319/0001-18
Sede: Núcleo Cidade de Deus, Osasco-SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

e) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

A Companhia avalia, ao final de cada exercício, se existem evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirme a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e se for possível estimá-los com confiabilidade, a perda por *impairment* é reconhecida no resultado do período. Nos exercícios de 2023 e de 2022, não houve perda por *impairment*.

f) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Deliberação CVM nº 72/22, sendo:

- Provisões: são reconhecidas quando, como resultado de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, que pode ser estimada de modo confiável, e é provável que uma saída de recursos será requerida para liquidar uma obrigação. Provisões são determinadas pela expectativa de fluxos de caixa futuros descontado a uma taxa prefixada a qual reflete a avaliação atual de mercado do valor monetário no tempo e os riscos específicos ao passivo. Na constituição das provisões, a Administração leva em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.
- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito seja provável, são divulgados nas notas explicativas, quando relevantes;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

Os detalhes dos processos judiciais, bem como a movimentação dos valores registrados, por natureza, estão apresentados na Nota 11.

g) Patrimônio líquido

(i) Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade da média ponderada de ações. O cálculo do lucro por ação básico está demonstrado na Nota 14b.

(ii) Juros sobre o capital próprio/dividendos

A distribuição de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia. O cálculo dos juros sobre o capital próprio/dividendos está demonstrado na Nota 14e.

h) Imposto de renda e contribuição social

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas, é registrada na rubrica "Provisão para Impostos e Contribuições".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base.

Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente, com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A provisão para contribuição social é constituída sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários estão apresentados na Nota 20.

i) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre, e simultaneamente, quando se correlacionarem, independentemente, de recebimento ou pagamento. O resultado abrangente é apurado partindo do lucro líquido do período e incluindo os ajustes de avaliações patrimoniais.

j) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata dia*) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base *pro rata dia*).

k) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Os eventos subsequentes, quando existirem, estarão descritos na Nota 22.

4) ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS RELEVANTES

A apresentação das demonstrações financeiras, em conformidade com os princípios de reconhecimento e mensuração pelos padrões de contabilidade emitidos pelo CPC e IASB, requer que a Administração da Companhia formule julgamentos, estimativas e pressupostos que poderão afetar o valor dos ativos e passivos apresentados.

Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada período e nas ações que se planeja realizar, sendo permanentemente revistas com base nas informações disponíveis.

Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir à revisão nas estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir das estimativas. As estimativas e os pressupostos significativos utilizados pela Administração da Companhia estão assim apresentados:

Classificação e avaliação dos ativos financeiros

A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. O tratamento contábil dos títulos que possuímos depende da respectiva classificação.

Estimamos o valor justo utilizando preços cotados de mercado, quando disponíveis. Observamos que o valor pode ser afetado pelo volume de ações negociadas e pode, também, não refletir os "prêmios de controle" resultantes dos acordos de acionistas. Entretanto, a Administração acredita que os preços cotados de mercado são os melhores indicadores do valor justo. Na determinação do valor justo, quando os preços cotados de mercado não estão disponíveis, há o julgamento da Administração, já que os modelos são dependentes de nosso julgamento com relação a que peso atribuir aos diferentes fatores e à qualidade das informações que recebemos. O julgamento deve determinar, inclusive, se um decréscimo no valor justo abaixo do custo atualizado de um título mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não é temporário, de maneira a exigir que seja possível reconhecer uma desvalorização do custo atualizado e que se possa referir a redução como despesa. Para avaliar se uma desvalorização não é temporária, a Administração decide qual período histórico deve ser considerado e quão severa uma perda pode ser reconhecida. Esses métodos de avaliação podem levar a Companhia a resultados diferentes, caso as suposições e estimativas utilizadas não se confirmarem posteriormente.

10) INVESTIMENTOS

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial, bem como os valores dos investimentos estão demonstrados a seguir:

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Resultado ajustado	Quantidade de ações possuídas (em mil)		Participação no capital social %	Total dos investimentos		Ajuste decorrente de avaliação (6)	
				ON	PN		2023	2022	2023	2022
Bradesco (1) (2) (3)	8.710.000	166.187.202	14.251.329	451.891	119.775	5,37	8.927.083	8.568.656	749.927	1.112.666
Bradespar (1) (2) (4) (7)	4.600.125	7.834.019	1.896.619	34.323	2.525	9,37	734.345	700.879	171.910	343.064
Ágio - Bradesco (5)	-	-	-	-	-	-	2.771.912	2.771.912	-	-
Ágio - Bradespar (5)	-	-	-	-	-	-	494.205	494.205	-	-
Total.....							12.927.545	12.535.652	921.837	1.455.730

(1) Em 31 de dezembro de 2023, o valor de mercado das ações ordinárias do Bradesco era de R\$ 15,28 e as ações preferenciais de R\$ 17,09, e para as ações da Bradespar, era de R\$ 23,35 e R\$ 25,66, respectivamente;

(2) A Administração possui avaliação que demonstra que a Companhia possui influência significativa nas investidas, por meio de representação no Conselho de Administração e na Diretoria das investidas;

(3) As informações referentes a 31 de dezembro de 2023, foram auditadas pela KPMG Auditores Independentes;

(4) As informações referentes a 31 de dezembro de 2023, foram auditadas pela PwC Auditores Independentes;

(5) O ágio está fundamentado na mais-valia das ações do Bradesco e da Bradespar;

(6) Considera os resultados apurados pelas investidas, incluindo variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado; e

(7) Empresa *holding* com o seu resultado oriundo, basicamente, da equivalência patrimonial de sua controlada e investimento com influência significativa (Vale S.A.), portanto, está sujeita, principalmente, ao impacto das variáveis advindas do seu investimento com influência significativa sobre os resultados do negócio (risco de mercado), os riscos provenientes de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia (risco de crédito), aqueles inerentes a processos internos (risco operacional), aqueles oriundos de fatores econômicos (risco de liquidez) e aqueles advindos da exploração de recursos naturais (risco ambiental), não tendo indícios de *impairment* para os períodos apresentados.

11) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

Os principais processos referem-se a: (i) não inclusão, na base de cálculo do PIS e da Cofins, dos Juros sobre o Capital Próprio recebidos da investida; e

(ii) a não tributação das receitas financeiras. O valor dos tributos relacionados as obrigações legais são apurados mensalmente, depositados em conta judicial e registrado na rubrica "Depósitos Judiciais", no montante de R\$ 844.967 (31 dezembro de 2022 - R\$ 665.040).

A Administração da Companhia entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Movimentação das provisões fiscais:

	Em 31 de dezembro	
	2023	2022
Saldo no início do exercício.....	699.604	547.739
Atualizações monetárias.....	71.402	53.714
Constituição.....	73.961	98.151
Saldo no final do exercício.....	844.967	699.604

As provisões referentes às ações judiciais da Companhia são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judicial brasileiro, razão pela qual não divulgamos a estimativa quanto ao cronograma de saída de benefícios econômicos.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Companhia mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Em 31 de dezembro de 2023, as contingências passivas com chance de perda possível totalizaram R\$ 15.926, decorrentes de cobranças atreladas ao não reconhecimento, pelo Fisco, de compensação de débitos com crédito de IRPJ gerado em exercício anterior (31 de dezembro de 2022 - R\$ 15.088).

12) INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

(i) Contrato de Swap

Em 26 de dezembro de 2023 a Companhia realizou a liquidação do instrumento financeiro derivativo, face seu vencimento. Em 31 de dezembro 2022, a Companhia possuía uma posição passiva cuja o seu valor de mercado era de R\$ 87.464, sendo o custo atualizado de R\$ 1.619, e um ajuste a valor de mercado de R\$ 85.845.

Nos contratos de *swap* de taxa de juros, as partes trocaram indexadores associados aos seus ativos e passivos, por um determinado período contratual. Os riscos associados aos contratos de *swap* referem-se à impossibilidade ou não disposição potencial das contrapartes de cumprir os termos contratuais e ao risco associado às mudanças nas condições de mercado, devido às variações nas taxas de juros.

(ii) Hedge Contábil

Até 26 de dezembro de 2023, a Companhia mantinha *hedge*, em conformidade com o estabelecido no CPC 48 - Instrumentos Financeiros, composto por:

Hedge de fluxo de caixa - os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, tem por objetivo, a redução da exposição às futuras mudanças nas taxas de juros e no câmbio, as quais impactam o resultado da Companhia. A parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações destes instrumentos é reconhecida em conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários e só é transferida para o resultado em duas situações: (i) em caso de inefetividade do *hedge*; ou (ii) na realização do objeto de *hedge*. A parcela não efetiva do respectivo *hedge* é reconhecida diretamente em conta de resultado.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía as seguintes posições: (i) instrumento de *hedge* valor nominal - R\$ 5.172.568; (ii) objeto de *hedge* - R\$ 5.172.496; (iii) ajuste a mercado registrado no patrimônio líquido R\$ (85.845) (líquido dos efeitos fiscais R\$ (56.657)). A operação de *hedge* contábil de fluxo de caixa foi liquidada em 26 de dezembro de 2023.

13) PASSIVOS FINANCEIROS - DEBÊNTURES

Em dezembro de 2020, foi encerrada a oferta pública de distribuição da quarta emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, da Companhia, com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476/09, por meio da qual foram emitidas 3.000.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 1, perfazendo o montante de R\$ 3.000.000.

Em 26 de dezembro de 2023 a Companhia realizou a quitação integral da quarta emissão de debêntures simples, face seu vencimento, foram pagos aos debênturistas os valores referentes ao principal R\$ 3.000.000 e juros anuais R\$ 446.315.

14) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2023	2022
Ordinárias.....	1.830.586.512	1.685.707.352
Preferenciais (1).....	1.631.492.454	1.502.370.308
Total.....	3.462.078.966	3.188.077.660

(1) As ações preferenciais não terão direito a voto, mas conferem a seus titulares as seguintes preferências e vantagens: (i) prioridade no reembolso do capital em caso de liquidação da Companhia; e (ii) dividendos de 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de março de 2023, deliberou-se aumentar o capital social em R\$ 543.800, elevando-o de R\$ 8.914.795 para R\$ 9.458.595. A proporção de 3,112268727% foi ajustada sobre a posição acionária que cada acionista possuía em 8 de março de 2023, data-base de direito à subscrição, que ocorreu mediante a emissão de 99.221.544 novas ações, nominativas escriturais, sem valor nominal, sendo 52.463.742 ordinárias e 46.757.802 preferenciais, ao preço de R\$ 5,48 por ação, com integralização à vista, no ato da subscrição.

Provisões e passivos contingentes

As provisões contábeis são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevantes, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

Monitoramos continuamente os processos judiciais em curso para avaliar, entre outras coisas: (i) sua natureza e complexidade; (ii) o desenvolvimento dos processos; (iii) a opinião dos nossos consultores jurídicos; e (iv) a nossa experiência com processos similares. Ao determinar se uma perda é provável e ao estimar seu valor, nós também consideramos:

- A probabilidade de perda decorrente de processos que ocorrerem antes ou na data das demonstrações financeiras, mas que foram identificadas por nós após a data destas demonstrações, porém antes de sua divulgação; e
- A necessidade de divulgar os processos ou eventos que ocorrerem após a data das demonstrações financeiras, porém antes de sua divulgação.

5) PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS

a) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2023:

• CPC 50 - Contratos de Seguros (correlacionado ao IFRS 17), aprovado pela Resolução CVM nº 42/2021. Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da Norma. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. A norma entrou em vigor para períodos anuais a partir de 1º de janeiro de 2023. Os impactos estão descritos na Nota 22.

• CPC 26 - Apresentação das demonstrações financeiras (correlacionado as alterações no IAS 1). As alterações visam melhorar as divulgações de políticas contábeis, para que as entidades forneçam informações mais úteis aos usuários das demonstrações financeiras. As entidades deverão divulgar suas políticas contábeis materiais, em vez de suas políticas contábeis significativas. Inclui também orientações sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. As alterações entraram em vigor para períodos anuais a partir de 1º de janeiro de 2023, com aplicação antecipada permitida. Não foram identificados impactos na Companhia.

• CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativas Retificação de Erro (correlacionado as alterações no IAS 8). As entidades deverão distinguir as diferenças entre as mudanças das políticas contábeis e as mudanças das estimativas contábeis. As alterações entraram em vigor para períodos anuais a partir de 1º de janeiro de 2023, com aplicação antecipada permitida. Não foram identificados impactos na Companhia.

• CPC 32 - Tributos sobre o Lucro (correlacionado as alterações no IAS 12). Em circunstâncias específicas, as entidades estão isentas de reconhecer tributos diferidos quando reconhecem ativos ou passivos pela primeira vez. Essa isenção se aplica a operações de arrendamento e obrigações de encerramento, por exemplo. Com as alterações, as entidades não terão direito mais a isenção e estarão obrigadas a reconhecer o tributo diferido sobre tais transações é aplicável a partir de janeiro 2023. Não foram identificados impactos na Companhia.

b) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a períodos futuros:

• Alterações do IFRS 16 - Arrendamentos. As mudanças preveem a adição de requisitos sobre como uma entidade contabiliza uma venda de um ativo e arrenda esse mesmo ativo de volta (*leaseback*), após a data inicial da transação. Em resumo, o vendedor-arrendatário não deve reconhecer nenhum ganho ou perda referente ao direito de uso retido por ele. As alterações entram em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024. Concluiu-se que não haverá impactos com a aplicação desta regulamentação.

• Alterações ao IAS 1 - Apresentação das demonstrações financeiras. As alterações visam melhorar as informações divulgadas sobre dívidas não correntes com *covenants*, para que os usuários das demonstrações financeiras entendam o risco de tais dívidas serem liquidadas antecipadamente. Nelas foram contempladas ainda, alterações que visam endereçar algumas preocupações levantadas por usuários das demonstrações financeiras, em função da aplicação das alterações sobre a classificação de passivos como "correntes" e "não correntes", emitidas em 2020. A adoção antecipada é permitida. As alterações têm efeito a partir de 1º de janeiro de 2024. Concluiu-se que não haverá impactos com a aplicação desta regulamentação.

• Alterações ao IAS 7 e ao IFRS 7 - Demonstrações dos Fluxos de Caixa e Instrumentos Financeiros: Evidenciação. As alterações se referem à divulgação de informações sobre acordos financeiros com fornecedores que permitirão aos usuários das demonstrações financeiras avaliar seus efeitos sobre o passivo da entidade e aos seus fluxos de caixa, além da sua exposição ao risco de liquidez. As alterações entram em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024. A companhia avaliou as alterações propostas e não identificou impactos em suas demonstrações financeiras.

• Alterações ao IAS 21 - Efeitos das mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras - As alterações visam definir sobre como avaliar se uma moeda pode ser trocada por outra e qual a taxa de câmbio a ser utilizada quando uma moeda não é passível de troca. Em resumo, a possibilidade de troca de uma moeda por outra, deve ser avaliada na data de mensuração e para uma finalidade específica. Caso conclua-se que a moeda é passível de troca, aplica-se os requerimentos do IAS 21. Caso contrário, estima-se a taxa de câmbio à vista na data de mensuração, usando uma taxa de câmbio observável sem ajuste ou outra técnica de avaliação. As alterações entram em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2025, sendo permitida a aplicação antecipada. Não foram identificados impactos na Companhia.

6) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia não apresenta riscos significativos em suas operações próprias, exceto os riscos relacionados aos investimentos diretos/indiretos, do Banco Bradesco S.A. ("Bradesco") e da Bradespar S.A. ("Bradespar"), os quais têm seu gerenciamento de risco de crédito, risco de mercado e risco de liquidez realizado pela Organização Bradesco ("Organização"), de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

7) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro	
	2023	2022
Depósitos bancários.....	-	5
Certificado de Depósito Bancário - CDB (1).....	175.918	598.104
Total.....	175.918	598.109

(1) Esta aplicação financeira foi avaliada pela Administração à luz do CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa e foi considerada como equivalente de caixa em função da sua essência que é o gerenciamento do caixa, inclusive contando com resgates automáticos diários. Conforme consta na Nota 3b, os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos.

8) ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

Referem-se a: (i) 12.247.321 ações ordinárias, nominativas-escriturais, de emissão da Vale S.A. (Vale), recebidas pela redução de capital da investida Bradespar, cuja o seu valor de mercado em 31 de dezembro de 2023 era de R\$ 945.493 (31 de dezembro de 2022 - R\$ 1.088.542), sendo o custo atualizado de R\$ 493.062 (31 de dezembro de 2022 - R\$ 493.062) e ajuste a valor de mercado de R\$ 452.431 (31 de dezembro de 2022 - R\$ 595.480);

(ii) aplicação em letras financeiras, emitidas pelo Bradesco acrescidas da variação da taxa referencial Selic, com vencimento acima de cinco anos e classificadas no Nível 2, o custo atualizado e o valor de mercado correspondiam ao montante de R\$ 5.008.205 (31 de dezembro de 2022 - R\$ 5.015.891); e

(iii) aplicação em letras financeiras acrescidas da variação do Depósito Interbancário - DI, no montante de R\$ 86.632 (31 de dezembro de 2022 - R\$ 385.656), sendo o valor de custo atualizado R\$ 86.447 (31 de dezembro de 2022 - R\$ 390.656), e uma marcação a mercado de R\$ 185 (31 de dezembro de 2022 - R\$ (5.451)), com vencimento em dezembro de 2025.

9) VALORES A RECEBER

Em 2022, referem-se, basicamente, a contratos de mútuo, acrescidos da variação do Depósito Interbancário - DI, o saldo atualizado correspondia a R\$ 330.851, liquidado em novembro de 2023.

Em 31 de dezembro

Em Assembleia Geral Extraordinária de 30 de novembro de 2023, deliberou-se aumentar o capital social em R\$ 1.000.000, elevando-o de R\$ 9.458.595 para R\$ 10.458.595. A proporção de 5,316819420% foi ajustada sobre a posição acionária que cada acionista possuía em 30 de novembro de 2023, data-base de direito à subscrição, que ocorreu mediante a emissão de 174.779.762 novas ações, nominativas escriturais, sem valor nominal, sendo 92.415.418 ordinárias e 82.364.344 preferenciais, ao preço de R\$ 5,72 por ação, com integralização à vista, no ato da subscrição.

b) Lucro por ação básico

O cálculo do lucro por ação básico, tendo como base a quantidade média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação, não havendo fatores de diluição do lucro, estão demonstrados a seguir:

NCF Participações S.A.

CNPJ 04.233.319/0001-18
Sede: Núcleo Cidade de Deus, Osasco-SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

19) PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações.

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro					
	Controlador (1)		Investimento com influência significativa (2)		Total	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Ativos:						
Caixa/disponibilidades	-	-	175.918	598.109	175.918	598.109
Aplicações financeiras	-	-	5.094.837	5.401.096	5.094.837	5.401.096
Valores a receber	-	330.851	-	-	-	330.851
Juros sobre capital próprio/Dividendos a receber	-	-	319.268	320.626	319.268	320.626
Passivos:						
Juros sobre capital próprio a pagar	1.018.753	632.004	-	-	1.018.753	632.004
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	87.464	-	87.464

	Exercícios findos em 31 de dezembro					
	Controlador (1)		Investimento com influência significativa (2)		Total	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Receitas/(Despesas) com juros	37.156	36.253	-	-	37.156	36.253
Receitas/(Despesas) de juros sobre capital próprio	(1.080.000)	(753.750)	630.709	560.699	(449.291)	(193.051)
Receitas de aplicação	-	-	952.280	867.198	952.280	867.198
Receitas/(Despesas) com derivativos	-	-	(94.581)	(84.645)	(94.581)	(84.645)

(1) Cidade de Deus - Companhia Comercial de Participações (Cidade de Deus), Nova Cidade de Deus Participações S.A. (Nova Cidade de Deus) e Fundação Bradesco (Fundação); e
(2) Bradesco e Bradespar.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Os Administradores não recebem qualquer remuneração pelos cargos que ocupam nos órgãos da Companhia.

20) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2023	2022
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	1.467.113	1.892.532
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(498.818)	(643.461)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Participações em investimentos com influência significativa, tributadas nas empresas correspondentes	-	-
Recursos não tributáveis líquidos de despesas dedutíveis	313.425	494.948
Juros sobre o capital próprio (recebidos e a receber)	34.785	42.452
Juros sobre o capital próprio (pagos e a pagar)	(214.441)	(190.638)
Outros Valores	367.200	256.275
Imposto de renda e contribuição social do exercício	24	24
Imposto de renda e contribuição social do exercício	2.175	(40.400)

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2023	2022
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(46.646)	(84.318)
Impostos diferidos:		
Constituição/Realização no período sobre adições e exclusões temporárias	48.821	51.824
Constituição/Realização no período de prejuízo fiscal e base negativa	-	(7.906)
Total dos impostos diferidos	48.821	43.918
Imposto de renda e contribuição social do exercício	2.175	(40.400)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 31 de dezembro			
	2022	Constituição	Realização	2023
Provisões fiscais	236.418	49.423	-	285.841
Outros	81	29	(81)	29
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	236.499	49.452	(81)	285.870
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	-	-	-	-
Subtotal	236.499	49.452	(81)	285.870
Ajuste a valor de mercado de outros resultados abrangentes	550	-	(550)	-
Total dos créditos tributários	237.049	49.452	(631)	285.870
Obrigações fiscais diferidas (Nota 21e)	223.611	24.277	(17.533)	230.355
Total dos créditos tributários, líquido das obrigações fiscais diferidas	13.438	25.175	16.902	55.515

d) Projeção de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Diferenças temporárias			Total
	Imposto de renda	Contribuição social		
2024	20	8		28
2028	210.177	75.665		285.842
Total	210.197	75.673		285.870

A projeção de realização dos créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. Em 31 de dezembro de 2023, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 243.954 (31 de dezembro de 2022 - R\$ 208.583) de diferenças temporárias.

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente
Luiz Carlos Trabuco Cappi

Vice-Presidente
Milton Matsumoto

DIRETORIA

Diretor-Presidente
Octavio de Lazari Junior

Diretor-Vice-Presidente
Marcelo de Araújo Noronha
Cassiano Ricardo Scarpelli
Rogério Pedro Câmara
Moacir Nachbar Junior

Diretor Adjunto
Carlos Wagner Firetti

COMITÊ DE AUDITORIA

Coordenador
Alexandre da Silva Glüher

Especialista em Contabilidade Societária
Amaro Luiz de Oliveira Gomes

Membro
Paulo Ricardo Satyro Bianchini

Vinício Panaro
Contador - CRC ISP324844/O-6

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos acionistas e conselheiros da

NCF Participações S.A.
Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da NCF Participações S.A. (Companhia) em 31 de dezembro de 2023, que compreendem o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da NCF Participações S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis com um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Investimentos em participações societárias mensuradas pelo método da equivalência patrimonial

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3d e 10, a Companhia detém participação societária de 5,37% no Banco Bradesco S.A. ("Bradesco") e de 9,37% na Bradespar S.A. ("Bradespar"), as quais são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial e controladas por meio de uma estrutura de Governança Corporativa e pelos controles internos definidos pela Administração. Adicionalmente, conforme indicado a seguir, essas investidas possuem os seguintes principais assuntos de auditoria reportados nos seus respectivos relatórios de auditoria às demonstrações contábeis:

Investimento no Bradesco:

O Bradesco possui estimativas contábeis críticas relevantes, que podem afetar o resultado da Companhia via equivalência patrimonial, conforme segue:

- A avaliação das provisões de perdas esperadas de empréstimos, adiantamentos a clientes, compromissos de empréstimos, garantias financeiras, ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e títulos e valores mobiliários ao custo amortizado exigem a utilização de julgamentos e premissas por parte do Bradesco, que incluem análises tanto dos fatores externos, tais como condições econômicas gerais e projeções, quanto dos fatores internos, tais como histórico de pagamentos e renegociações, avaliações de risco das contrapartes e garantias.
- A avaliação da mensuração das provisões e das divulgações dos passivos contingentes nos quais o Bradesco é parte passiva em processos judiciais de natureza fiscal, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades, com respectiva provisão. A avaliação da mensuração das provisões e a divulgação de passivos contingentes para processos tributários, cíveis e trabalhistas foi considerada como um dos principais assuntos de auditoria, uma vez que, a avaliação exige um alto grau de julgamento do auditor devido à natureza subjetiva das estimativas, julgamentos e premissas feitas pelo Bradesco. No caso dos processos tributários e cíveis, as estimativas, julgamentos e premissas estão relacionadas a determinação da probabilidade de perda e do valor envolvido e, no caso de processos trabalhistas, estão relacionados ao julgamento envolvido nas segregações dos processos utilizadas no modelo e o período de observação histórica.
- A avaliação da recuperabilidade dos créditos decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social, cuja realização está fundamentada em estimativas de rentabilidade futura baseadas nos planos de negócio e orçamento preparados pelo Bradesco e que estão suportados por premissas econômicas e de negócios que requerem julgamentos inerentes à determinação dessas estimativas e ao potencial impacto que eventuais mudanças nas premissas poderiam causar na expectativa de realização dos créditos tributários. A avaliação da recuperabilidade dos créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social foi identificada como um principal assunto de auditoria. A avaliação das estimativas de lucro tributável futuro e as premissas subjacentes exigiram julgamento subjetivo do auditor devido à sensibilidade a pequenas mudanças nas premissas e ao grau de subjetividade associado a essas premissas.
- A avaliação do valor recuperável dos ágios na aquisição de investimentos e intangíveis de vida útil definida cuja avaliação da recuperabilidade está fundamentada em projeções de resultados futuros baseados nos planos de negócio e orçamento preparados pelo Bradesco em relação as Unidades Geradoras de Caixa "UGC" e que estão suportados por premissas econômicas e de negócios que envolvem julgamento inerente à determinação dessas estimativas e ao potencial impacto de eventuais mudanças nas premissas. A avaliação do valor recuperável de ágios e ativos intangíveis foi considerada como um principal assunto de auditoria. Há um alto grau de subjetividade na determinação das premissas significativas, incluindo as taxas de crescimento para diferentes negócios, fluxos de receita e despesas, bem como as taxas de desconto utilizadas.
- A avaliação da mensuração das provisões técnicas de seguros e previdência onde para mensurar certas provisões técnicas e para realizar o teste de adequação de passivos, o Banco utiliza técnicas e métodos atuariais que requerem julgamento na determinação de metodologias e definição de premissas que incluem expectativa de sinistros, longevidade, persistência, inflação de custos médicos e taxas de desconto. A mensuração dos passivos de seguros foi considerada como um principal assunto de auditoria, em razão do julgamento significativo envolvido na avaliação das metodologias e premissas atuariais. As premissas utilizadas nessa mensuração são subjetivas e pequenas alterações poderiam resultar em mudanças significativas na mensuração desses passivos. Julgamentos subjetivos por parte do auditor e conhecimentos atuariais específicos foram necessários para avaliar as metodologias e premissas atuariais subjetivas.

Investimento na Bradespar:

A Bradespar e sua investida possuem estimativas contábeis críticas relevantes que envolvem um alto nível de julgamento que podem afetar o resultado da Companhia via equivalência patrimonial, conforme segue:

- A mensuração, o reconhecimento e a divulgação de provisões e passivos contingentes (cíveis e fiscais) que envolvem julgamento significativo na determinação quanto à conclusão dos processos judiciais.
- Investimento na Vale S.A. ("Vale"), que por sua vez possui estimativas contábeis críticas relevantes, envolvendo alto nível de julgamento na sua avaliação, como descrito a seguir:
 - A provisão para descaracterização de todas as barragens de rejeitos construídas sob o método a montante, certas estruturas denominadas "centro de linha" e diques de contenção localizados no Brasil foi de US\$ 3.451 milhões em 31 de dezembro de 2023, e as adições à provisão do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram de US\$ 153 milhões. As provisões constituídas baseiam-se na estimativa de custos a incorrer para cada um dos projetos de descaracterização, que estão projetados por um período de até 15 anos. A administração aplica julgamento significativo no desenvolvimento das estimativas para descaracterização de barragens, incluindo (i) o volume de rejeitos a ser removido, baseado nas informações disponíveis e na interpretação das leis e regulamentos em vigor; (ii) a disponibilidade de locais para o depósito dos rejeitos; (iii) os métodos e soluções de engenharia; (iv) níveis de segurança; (v) produtividade dos equipamentos utilizados; (vi) avanços nos estudos de geologia e novas informações hidrologias; e (vii) atualização na taxa de desconto. Adicionalmente, conforme divulgado pela administração, dada a natureza e incertezas inerentes a esse tipo de provisão, os valores reconhecidos e divulgados serão reavaliados pela Vale a cada período de reporte e poderão ser ajustados significativamente em períodos futuros, à medida que novos fatos e circunstâncias forem conhecidos.
 - A Vale apresenta saldo de provisões para processos tributários no valor de US\$ 90 milhões em 31 de dezembro de 2023 e divulgou passivos contingentes relacionados aos processos tributários no valor de US\$ 7.235 milhões, e US\$ 5.411 milhões relacionados a posições incertas de imposto de renda em discussão com as autoridades fiscais. A Vale reconhece uma provisão para processos tributários nas demonstrações contábeis consolidadas para a resolução de processos em andamento quando a Vale tem uma obrigação presente como resultado de um evento passado e

e) Obrigações fiscais diferidas

	Saldo em 31 de dezembro			
	2022	Constituição	Realização	2023
Atualização de depósitos judiciais	52.189	24.277	-	76.466
Total dos passivos diferidos sobre exclusões temporárias	52.189	24.277	-	76.466
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros	171.422	-	(17.533)	153.889
Total dos impostos diferidos	223.611	24.277	(17.533)	230.355

f) Tributos a compensar ou a recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar, no montante de R\$ 802.618 (31 de dezembro de 2022 - R\$ 713.904), referem-se a imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras e JCP e imposto de renda e contribuição social de exercícios anteriores.

g) Impostos e contribuições a recolher

Os impostos e contribuições a recolher, no montante de R\$ 39.897 (31 de dezembro de 2022 - R\$ 3), referem-se a imposto de renda e contribuição social próprios.

21) ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

Apresentamos a seguir a sensibilidade das posições sujeitas às oscilações de preços ou taxas de mercado:

Fatores de riscos	Definição	Cenários					
		2023			2022		
		1	2	3	1	2	3
Taxa de juros em reais	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros	(140)	(38.864)	(76.490)	(49)	(13.606)	(26.834)
Renda variável	Exposições sujeitas à variação do preço de ações	(9.455)	(236.374)	(472.747)	(10.886)	(238.701)	(477.401)
Total sem correlação		(9.595)	(275.238)	(549.237)	(10.935)	(10.935)	(504.235)

As posições sujeitas às oscilações demonstradas acima, referem-se a: (i) ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, no montante de R\$ 6.040.330 (31 de dezembro de 2022 - R\$ 6.489.638); (ii) passivos financeiros - derivativos em 31 de dezembro de 2022 R\$ 87.464; e (iii) passivos financeiros - debêntures em 31 de dezembro de 2022 R\$ 3.003.602.

A análise de sensibilidade foi efetuada a partir dos cenários elaborados para as respectivas datas, sempre considerando as informações de mercado na época e cenários que afetariam negativamente nossas posições.

Cenário 1: Foram aplicados choques de 1 ponto base para taxa de juros. Por exemplo: para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 10,04% foi aplicado um cenário de 10,05% a.a., para as ações foi aplicado choque de 1% sobre o valor de mercado;

Cenário 2: Foram determinados choques de 25% com base no mercado. Por exemplo: para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 10,04% foi utilizado um cenário de 12,55% a.a., para as ações foi aplicado choque de 25% sobre o valor de mercado; e

Cenário 3: Foram determinados choques de 50% com base no mercado. Por exemplo: para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 10,04% foi utilizado um cenário de 15,06% a.a., para as ações foi aplicado choque de 50% sobre o valor de mercado.

22) OUTRAS INFORMAÇÕES

Ajuste reflexo de controlada por adoção de novas práticas contábeis:

Em 1º de janeiro de 2023 o Banco Bradesco S.A. "Bradesco", investimento com influência significativa da Companhia, alterou sua política contábil resultante da adoção de um novo pronunciamento contábil. A IFRS 17 (CPC 50) traz como regra de transição a aplicação retrospectiva dos seus efeitos, desta forma, apresentamos a seguir a reconciliação do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado, com o impacto desta adoção na Companhia.

	R\$ mil		
	Apresentação dos saldos anteriores	Adoção IFRS 17 (CPC 50)	Apresentação dos saldos atuais
Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022			
Ativo			
Circulante	2.007.393	-	2.007.393
Não circulante	19.815.821	68.093	19.883.914
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	5.401.096	-	5.401.096
Outros ativos	1.947.166	-	1.947.166
Investimentos	12.467.559	68.093	12.535.652
Total do ativo	21.823.214	68.093	21.891.307
Passivo			
Circulante	3.723.316	-	3.723.316
Não circulante	923.215	-	923.215
Patrimônio líquido	17.176.683	68.093	17.244.776
Capital social	8.914.795	-	8.914.795
Reservas de lucros	8.123.137	-	8.123.137
Outros resultados abrangentes	138.751	127.968	266.719
Lucro/(prejuízos) acumulados	-	(59.875)	(59.875)
Total do passivo e patrimônio líquido	21.823.214	68.093	21.891.307

	R\$ mil		
	Apresentação dos saldos anteriores	Adoção IFRS 17 (CPC 50)	Apresentação dos saldos atuais
Demonstração de resultado acumulado em 31 de dezembro de 2022			
Receitas (despesas) operacionais	1.427.817	12.850	1.440.667
Resultado de equivalência patrimonial	1.442.880	12.850	1.455.730
Outras receitas/despesas operacionais	(15.063)	-	(15.063)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras e dos tributos	1.427.817	12.850	1.440.667
Resultado Financeiro	451.865	-	451.865
Resultado antes da tributação sobre o lucro	1.879.682	12.850	1.892.532
Imposto de renda e contribuição social	(40.400)	-	(40.400)
Lucro líquido do período	1.839.282	12.850	1.852.132



NCF Participações S.A.

CNPJ 04.233.319/0001-18
Sede: Núcleo Cidade de Deus, Osasco-SP

COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO DA NCF PARTICIPAÇÕES S.A.

Aos Conselheiros de Administração da NCF Participações S.A.

❖ APRESENTAÇÃO

O Comitê de Auditoria Estatutário (CAE), Órgão de caráter permanente, tem por objetivos principais recomendar e assessorar o Conselho de Administração da NCF Participações S.A. nos assuntos relativos às Demonstrações Financeiras, às auditorias interna e independente, às exposições de risco e controles internos.

Órgão vinculado diretamente ao Conselho de Administração da entidade NCF, regido pela Resolução nº 23, de 2021, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e demais regulamentações aplicáveis, entre as quais a Lei nº 6.404, de 1976 (Lei das S.A.). O Comitê de Auditoria possui Regimento Interno próprio.

O COAUD é composto por 1 (um) Conselheiro de Administração, que é o Coordenador, e 2 (dois) outros Membros, sendo 1 (um) deles qualificado como especialista financeiro, conforme requerido pela legislação do Brasil. Todos os Membros atendem aos critérios de independência estabelecidos na regulamentação vigente e suas competências, conhecimento, habilidades e experiências são relevantes, compatíveis e adequadas ao segmento em que a NCF Participações S.A. atua. Membros eleitos na Ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração da NCF Participações S.A. realizada em 30.7.2021: Alexandre da Silva Glüher (coordenador), Amaro Luiz de Oliveira Gomes (especialista financeiro) e Paulo Ricardo Satyro Bianchini (membro).

Tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração no exercício de suas funções, atuando principalmente sobre (i) a qualidade, transparência e integridade das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas; (ii) a efetividade dos controles internos para a mitigação dos riscos em processos relevantes; e (iii) asseguração da independência e qualidade dos trabalhos das Auditorias - Interna e Independente.

É de responsabilidade da Administração e da Auditoria Independente que as Demonstrações Financeiras individuais ou consolidadas sejam completas e exatas, e estejam apresentadas de acordo com as práticas adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e com o *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

❖ ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES

• Gerenciamento Contábil pela Área de Contadoria Geral do Banco Bradesco S.A.

A Administração é responsável: (i) pela definição e implementação de processos e procedimentos que visam a coletar dados na elaboração das demonstrações financeiras, com observância da legislação societária, das práticas contábeis adotadas no Brasil, além das emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e atos normativos pertinentes da Comissão de Valores Mobiliários (CVM); (ii) por elaborar e garantir a integridade das Demonstrações Financeiras, gerir os riscos, manter sistema de controles internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades em atendimento às normas legais e regulamentares, e (iii) pelos processos, políticas e procedimentos de controles internos que assegurem a salvaguarda dos ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos e a eliminação ou redução, em níveis aceitáveis, dos fatores de risco.

• Auditoria Interna

Área diretamente subordinada ao Conselho de Administração. Responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos, avaliando, de forma ampla e com independência, as ações de gerenciamento desses riscos e a adequação da governança e dos controles internos, contemplando as atividades que apresentam os riscos mais sensíveis às operações e à estratégia da entidade NCF Participações S.A.

Diante das melhores práticas, o Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração, avalia e aprovam o Regimento e o Plano de Trabalho Anual da Auditoria Interna (AIGL).

• Auditoria Independente

A IRKO HIRASHIMA Auditores Independentes responde pela auditoria das Demonstrações Financeiras anuais publicadas e pela revisão das Informações Trimestrais (ITRs) arquivadas na CVM, emitindo relatórios que refletem o resultado de suas verificações e apresentam a sua opinião independente a respeito da fidedignidade das Demonstrações Financeiras em relação às práticas adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), além da aderência às normas da CVM, e preceitos da legislação societária brasileira.

❖ RESUMO DAS ATIVIDADES - EXERCÍCIO DE 2023

O Comitê participou de reuniões com a Área de Contadoria Geral do Banco Bradesco, coordenadora do processo contábil e fiscal/tributário, mantendo contatos com a Auditoria Independente (IRKO), e com a Auditoria Interna (AIGL).

O Comitê de Auditoria planejou a realização de reuniões com áreas responsáveis pelos processos contábeis, fiscais e tributários, assim como o acompanhamento pela 3ª Linha de Defesa (Auditoria Interna) e 4ª Linha de Defesa (Auditoria Independente), no âmbito da abordagem dos Riscos e Controles Internos. Também recebeu Relatórios Gerenciais da mencionada Contadoria Geral dos Balanços Patrimoniais Mensais, com as respectivas Análises e Justificativas pelas Variações Materiais.

O Comitê reconhece que os assuntos relevantes e impactantes, em especial no acompanhamento das Demonstrações Financeiras, foram informados e discutidos com a Administração, resguardando os critérios e procedimentos adotados. Por fim, as reuniões foram devidamente formalizadas em Atas. O Programa de Trabalho do Comitê de Auditoria para o exercício de 2023 teve como foco os principais processos, riscos e produtos inerentes aos Negócios da NCF Participações S.A. Aspectos considerados mais relevantes:

- Títulos e Valores Mobiliários;
- Investimentos em Coligadas e Controladas;
- Valores a Receber de Sociedades Ligadas;
- Ágios em Investimentos;
- Créditos Tributários;
- Depósitos Judiciais;
- Contratos de Mútuo com Controladas e Coligadas;
- Impostos e Contribuições a Compensar;
- Provisões para Impostos e Contribuições;
- Derivativos - Swap a Pagar/Diferencial a Pagar (MTM); e
- Resultado de Equivalência Patrimonial.

• Auditoria Interna (AIGL - AUDITORIA E INSPETORIA GERAL)

Para permitir um efetivo e adequado acompanhamento das atividades realizadas pela Auditoria Interna, em aderência às regulamentações vigentes, o Comitê de Auditoria demandou trabalhos específicos acerca dos processos operacionais, contábeis e fiscais/tributários da NCF Participações S.A., recebendo informações dos destaques dos trabalhos, por meio de relatórios e súmulas executivas, e reuniões periódicas também fizeram parte da relação de trabalho do Comitê com a Auditoria Interna.

Ao tomar conhecimento dos pontos de atenção e das recomendações, o Comitê de Auditoria acompanhou as providências saneadoras adotadas pela Administração da Contadoria Geral do Bradesco, Área coordenadora da condução dos processos contábeis e fiscais/tributários.

A Auditoria Interna tem respondido adequadamente às demandas do Comitê de Auditoria da NCF Participações S.A. e às necessidades e exigências dos Órgãos Reguladores.

• Auditoria Independente (IRKO HIRASHIMA)

Prestação de Serviço de Auditoria das Demonstrações Financeiras da NCF Participações S.A. a partir do exercício de 2021. As equipes encarregadas dos trabalhos apresentaram, tempestivamente, os resultados e principais conclusões à Governança da NCF Participações S.A.

A destacar ser procedimento deste Comitê, ao tomar conhecimento dos pontos relevantes envolvendo a avaliação dos sistemas contábil e de controles internos, elaborado em conexão com os exames das Demonstrações Financeiras, acompanhar as implementações das respectivas recomendações para o aprimoramento de processos, sistemas e mitigação de riscos.

Dado o planejamento apresentado pelos Auditores Independentes (IRKO), e as discussões subsequentes sobre os resultados dos trabalhos, o Comitê considera que os trabalhos desenvolvidos foram adequados aos negócios da Organização.

❖ CONCLUSÃO

Com base nos trabalhos, avaliações, revisões e discussões acima mencionadas, e considerando o escopo de suas atribuições, o Comitê de Auditoria ao reconhecer que todos os assuntos pertinentes que lhes foram dados a conhecer estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Financeiras e nos Relatórios relativos ao exercício de 2023, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes emitido sem ressalvas, recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das citadas Demonstrações Financeiras.

Cidade de Deus, Osasco, SP, 27 de março de 2024.

COMITÊ DE AUDITORIA

ALEXANDRE DA SILVA GLÜHER
(Coordenador)

AMARO LUIZ DE OLIVEIRA GOMES
(Especialista Financeiro)

PAULO RICARDO SATYRO BIANCHINI
(Membro)

